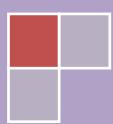


2015

Anexo ao Balanço e às
Demonstrações
Financeiras 2015



**Índice**

Introdução	1
8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)	2
8.1 Caracterização da entidade.....	2
8.1.1 Identificação	2
8.1.2 Legislação	3
8.1.3 Estrutura organizacional efetiva	3
8.1.4 Descrição sumária atividades.....	5
8.1.5 Órgão executivo	5
8.1.6 Organização contabilística	6
8.1.7 Outra informação relevante.....	6
8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados	7
8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas.....	7
8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores.....	7
8.2.3 Cotações para conversão de moeda	8
8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira	8
8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado.....	8
8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».....	8
8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado	8
8.2.8 Informação dos mapas desagregada	10



8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.....	10
8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.....	11
8.2.11 Quadro das reavaliações	11
8.2.12 Informação sobre imobilizações:	11
8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira	11
8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	11
8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização	12
8.2.16 Entidades participadas	12
8.2.17 Títulos negociáveis	12
8.2.18 Outras aplicações financeiras.....	12
8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.....	12
8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.	13
8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.....	13
8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.	13
8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.	13



8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.....	13
8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.....	13
8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.	14
8.2.27 Provisões (desdobramento)	15
8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações	15
8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..	15
8.2.30 Demonstração da variação da produção	15
8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros.....	16
8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários.....	16
8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução	17
8.3.1 Modificações do orçamento	17
8.3.2 PPI.....	17
8.3.3 Contratação administrativa.....	17
8.3.4 Transferências e subsídios	17
8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável.....	18
8.3.6 Endividamento	18



Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar informação adicional tendo em vista proporcionar um mais claro entendimento da informação financeira expressa naqueles documentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015 foram preparadas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Foi igualmente considerado o disposto na Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos preconizados no POCAL.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8 do POCAL, servindo, adicionalmente, para explicar ou dar a compreender certos aspetos ou dados que as demonstrações financeiras não conferem ao utilizar destes documentos.



8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)

8.1 Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do **Município de Sever do Vouga**, encontra-se evidenciada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas, alterada pela Resolução n.º 26/2013.

8.1.1 Identificação

O concelho de Sever do Vouga está situado no distrito de Aveiro e na NUT III – Baixo Vouga e NUT II - Centro, com uma população residente de 12.356 pessoas e área de 129,85 km². O concelho é composto por sete freguesias: União de Freguesias de Cedrim e Paradela, União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, e Freguesias de Couto de Esteves, de Pessegueiro do Vouga, de Rocas do Vouga, de Sever do Vouga, e de Talhadas.

O Município de Sever do Vouga é uma pessoa coletiva de direito público, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 502 704 977, exercendo as competências conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, integrando a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo bimestralmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na quarta-feira da segunda e quarta semana de cada mês, sendo pública a sua primeira reunião.

As suas competências e regime jurídico de funcionamento encontram-se definidos no art.º 23º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O edifício dos Paços do Concelho situado na vila de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga, com sede nesse edifício, têm o seguinte NIPC, contatos e endereço:

Endereço	Contatos	
Largo do Município 3740 – 262 Sever do Vouga	Telefone Fax	234 555 566 234 552 982
NIPC 502 704 977	Mail	cm.sever@cm-sever.pt



8.1.2 Legislação

- Lei das Autarquias Locais - Lei n.º 169/99, de 18/9 (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1);
- Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (mais alterações¹);
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro.

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva

8.1.3.1 Estrutura orgânica:

O modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear foram aprovadas na Sessão de 17/12/2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na Reunião de 9/12/2010, com publicação feita no Diário da República 2ª Série, n.º 13, de 19/01/2011.

Na Reunião de 28/11/2012 foi submetida nova proposta de fixação do número máximo de unidades flexíveis e número máximo total de subunidades orgânicas que foi aprovada na Sessão de 14/12/2012 e cuja deliberação foi publicada em Diário da República 2ª Série, n.º 24, de 04/02/2013.

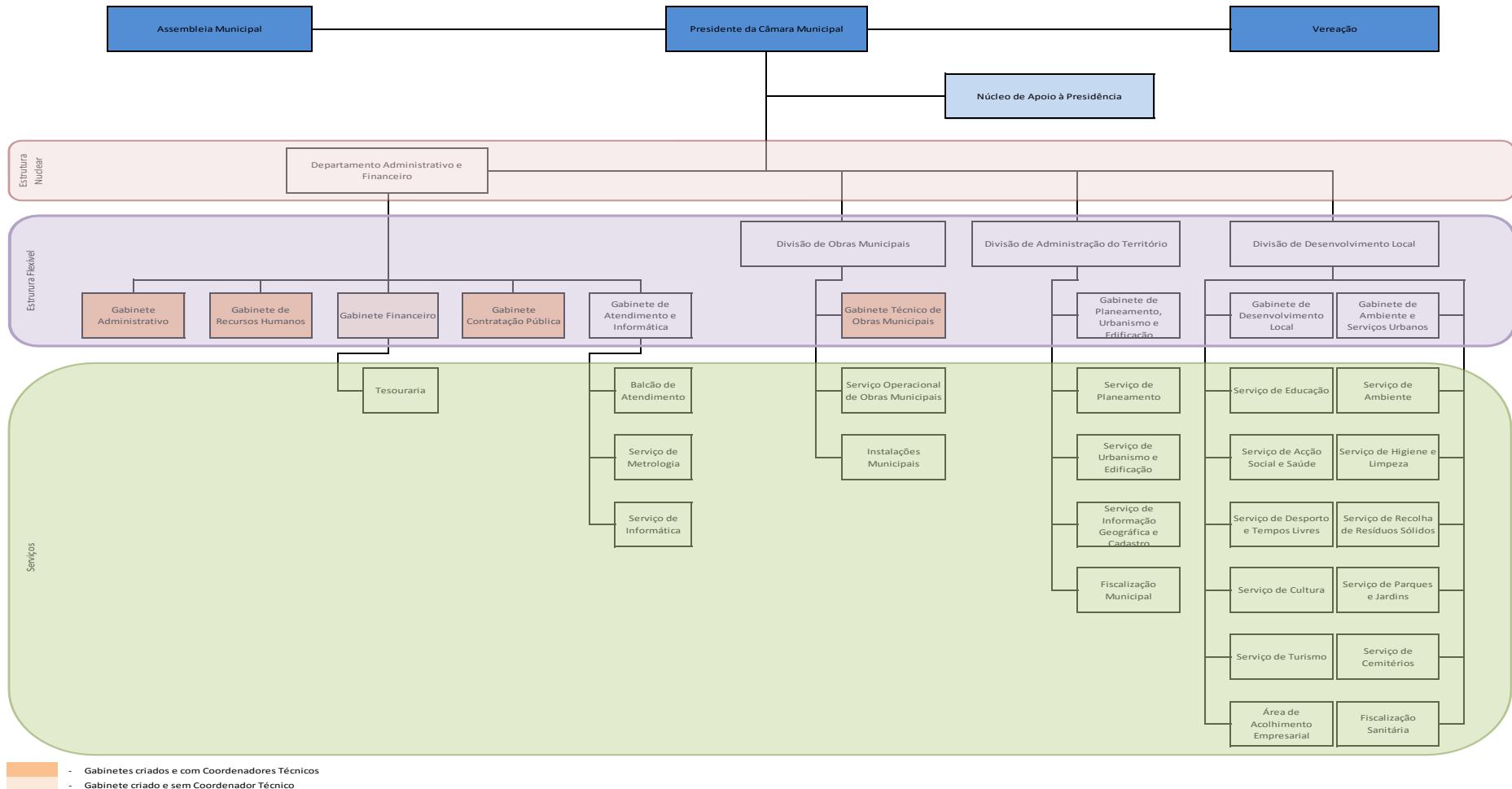
No mesmo Diário da Republica de 04/02/2013 foi publicada uma síntese da deliberação de 26/12/2012 sobre a criação das três unidades orgânicas flexíveis. Na mesma publicação consta o despacho do presidente da câmara municipal de 27/12/2012, através do qual criou as subunidades orgânicas e realizou a afetação dos trabalhadores pelas subunidades orgânicas criadas.

O “Regulamento de organização dos serviços municipais” foi publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 149, de 05/08/2013.

¹ Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Maio; Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro



8.1.3.2 Organograma





8.1.3.3 Mapa de pessoal

O mapa de pessoal foi aprovado em Reunião de 22/10/2014 e na Sessão de 12/12/2014.

8.1.4 Descrição sumária atividades

As atividades são as indicadas no ponto 8.1.5.2, com exceção da atribuição de abastecimento de água e saneamento básico.

8.1.5 Órgão executivo

8.1.5.1 Membros

Os membros pertencentes ao órgão “Câmara Municipal” e com responsabilidade no período de 01/01/2015 até 31/12/2015 são os seguintes:

Nome	Cargo	Regime
Dr. António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e	Vice-Presidente	T.I.
Eng.ª Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Dr. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira	Vereador	--
Enf.ª Idalina Pereira Tavares	Vereadora	--
António Rodrigues Ferreira	Vereador	--

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

8.1.5.2 Competências e delegação

Art.º 13º Lei n.º 159/99	Competência delegada	Vereador	Vereador
a) Equipamento rural e urbano	Equipamento urbano	Dr. Coutinho	--
b) Energia	--	--	--
c) Transportes e comunicações	Obras Municipais	Raul Duarte	--
d) Educação	Educação	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
e) Património, cultura e ciência	Cultura	Dr. Coutinho	Dr. Almeida e Costa
f) Tempos livres e desporto	Desporto	Eng.ª Elisabete	--
g) Saúde	--	--	--
h) Ação social	Ação Social	Dr. Coutinho	--
i) Habitação	Bairro Social	Dr. Coutinho	--
j) Proteção civil	Proteção Civil	Raul Duarte	--
l) Ambiente e saneamento básico	Ambiente	Dr. Coutinho	Eng.ª Elisabete
n) Promoção do desenvolvimento	A.A.E.	Eng.ª Elisabete	--
o) Ordenamento do território e urbanismo	Ordenamento do território Urbanismo	Dr. Coutinho Eng.ª Elisabete	Eng.ª Elisabete Dr. Almeida e Costa
p) Polícia municipal	--	--	--
q) Cooperação externa	--	--	--



8.1.6 Organização contabilística

O sistema informático funciona de acordo com as normas definidas no POCAL e o software utilizado nos registos contabilísticos é o pertencente à empresa Medidata.

As operações contabilísticas encontram-se integradas, não havendo descentralização.

8.1.7 Outra informação relevante

8.1.7.1 Ações inspetivas

Situação não constatada.



8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Nos pontos seguintes apresentamos a informação económica do ano de 2015, evidenciada nos principais documentos das demonstrações financeiras – Balanço e Demonstração de Resultados, para uma melhor explicação dos valores discriminados nos documentos principais que refletem o património do Município e as modificações ocorridas durante o ano económico.

Nos registos contabilísticos foram respeitados os princípios contabilísticos legalmente instituídos, os quais permitiram oferecer a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município.

Foram, também, respeitados os princípios orçamentais, tanto para a elaboração do orçamento, como nas diferentes modificações processadas no decorrer do ano económico.

Seguidamente, serão apresentadas as “Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados”, de acordo com o estabelecido no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações.

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas

O POCAL obriga à aplicação simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se incipientemente implementada, revelando-se de aplicação difícil devido à escassez de recursos humanos, designadamente com formação em contabilidade.

No entanto, poderemos afirmar que a ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da autarquia.

Durante o exercício de 2015, foram tomados em consideração todos os princípios contabilísticos, com vista à necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, passivo e resultado do exercício desta autarquia.

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores

Situação não constatada.



8.2.3. – Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Foram adotados os seguintes critérios e métodos indicados no POCAL:

- para as Existências, o custo de aquisição;
- para as Imobilizações, o custo de aquisição ou o custo de produção, acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto;
- para as Amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3 Cotações para conversão de moeda

Situação não constatada.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

Situação não constatada.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado

A existência, ainda que bastante inferior em comparação com anos anteriores, de obras finalizadas registadas na conta 44 e que afetam positivamente o resultado do exercício pela inexistência de amortizações, no valor de euros 205 270,00.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

Situação não constatada.

8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado

Encontram-se evidenciados nos mapas seguintes:



Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	19.358.712,40		78.363,35			19.437.075,75
Edifícios	0,00					0,00
Outras construções e infraestruturas	21.450.348,81		849.476,64			22.299.825,45
Bens património histórico, artístico e cultural	56.250,22					56.250,22
Outros bens de domínio público	0,00					0,00
Imobilizações em curso	3.781.818,31		1.483.151,33		758.634,38	4.506.335,26
Ad. por conta de bens de domínio público	0,00					0,00
Subtotal	44.647.129,74	0,00	2.410.991,32	0,00	758.634,38	46.299.486,68
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00					0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00					0,00
Propriedade industrial e outros direitos	45.825,64		13.500,00			59.325,64
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. por conta de imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
Subtotal	45.825,64	0,00	13.500,00	0,00	0,00	59.325,64
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	3.037.458,37					3.037.458,37
Edifícios e outras construções	24.534.861,50		594.552,10			25.129.413,60
Equipamento básico	2.594.985,06		119.396,63			2.714.381,69
Equipamento de transporte	1.249.319,15		76.503,77			1.325.822,92
Ferramentas e utensílios	85.921,82		5.053,37			90.975,19
Equipamento administrativo	872.675,91		82.781,27			955.457,18
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.928.835,25		68.856,19			1.997.691,44
Imobilizações em curso	959.605,52		366.885,09		756.621,45	569.869,16
Ad. por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Subtotal	35.263.662,58	0,00	1.314.028,42	0,00	756.621,45	35.821.069,55
De investimentos financeiros						
Partes capital	502.132,10			456.757,09		45.375,01
Obrigações e títulos de participação	0,00		456.757,09			456.757,09
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	275.805,31					275.805,31
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	1.051.736,80		60.013,72			1.111.750,52
Outras aplicações financeiras	560,00					560,00
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. Por conta de investimentos financeiros	0,00					0,00
Subtotal	1.830.234,21	0,00	516.770,81	456.757,09	0,00	1.890.247,93
Totais	81.786.852,17	0,00	4.255.290,55	456.757,09	1.515.255,83	84.070.129,80



Amortizações	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios	0,00			0,00
Outras construções e infraestruturas	7.999.494,58	1.018.508,95		9.018.003,53
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
Subtotal	7.999.494,58	1.018.508,95	0,00	9.018.003,53
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Despesas de investigação	0,00			0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4.825,80	965,60		5.791,40
Subtotal	4.825,80	965,60	0,00	5.791,40
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	5.489.654,94	796.002,99		6.285.657,93
Equipamento básico	1.601.649,01	167.353,34		1.769.002,35
Equipamento de transporte	984.883,96	50.919,28		1.035.803,24
Ferramentas e utensílios	77.875,15	3.468,09		81.343,24
Equipamento administrativo	782.822,91	44.910,81		827.733,72
Taras e vasilhame	0,00			0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.112.464,58	155.145,88		1.267.610,46
Subtotal	10.049.350,55	1.217.800,39	0,00	11.267.150,94
De investimentos financeiros				
Partes de capital	0,00			0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	454.561,11	21.919,17		476.480,28
Outras aplicações financeiras	0,00			0,00
Subtotal	454.561,11	21.919,17	0,00	476.480,28
Totais	18.508.232,04	2.259.194,11	0,00	20.767.426,15

8.2.8 Informação dos mapas desagregada

A desagregação de cada uma das rubricas constantes dos mapas atrás apresentados e a respetiva informação encontra-se evidenciada no mapa síntese dos bens inventariados que juntar-se-á às demonstrações financeiras desta prestação de contas.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Situação não constatada.



8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Situação não constatada.

8.2.11 Quadro das reavaliações

Situação não constatada.

8.2.12 Informação sobre imobilizações:

8.2.12.1 Imobilizações em poder de terceiros

Encontra-se transferida a administração de bens às seguintes entidades:

- EDP – Rede de iluminação pública;
- ADRA – Reservatórios e rede de distribuição de água e de saneamento;
- Parque Escolar – Terreno onde foi construído o Pavilhão ginnodesportivo.

8.2.12.2 Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Número de inventário	Descrição	Proprietário do bem	Data de início	Anos na posse do Município	Data de fim
19456	Campo de Jogos de Pessegueiro do Vouga	Juventude Académica Pessegueirense	28-03-2014	25	27-03-2039

8.2.12.3 Imobilizações reversíveis

Os bens mencionados no ponto 8.2.12.1, são reversíveis para o Município de Sever do Vouga no final da concessão.

8.2.12.4 Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados

Situação não constatada.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Situação não constatada.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Existem ainda bens imóveis que não se encontram valorizados e inventariados e que integram o domínio privado e público municipal.



No que se refere aos bens móveis presumimos estarem registados todos os bens pertencentes à autarquia.

Quanto aos bens imóveis de domínio privado, estando a maior parte dos bens inventariados, faltam ainda alguns registo na Conservatória do Registo Predial.

Consideramos que ainda faltam realizar um levantamento, inventariação e avaliação dos bens do domínio público, de forma a atingir a sua globalidade.

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos pertencentes ao domínio público não são objeto de amortização.

Não são ainda objeto de amortização os bens de domínio público referidos no ponto 8.2.14.

8.2.16 Entidades participadas

Entidades participadas	Tipo	Sede	NIPC	Capital	Valor	Quantidade	% Participação	Resultado do Exercício
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.		Coimbra	503004405	4 075 000,00	25 540,00	5108	0,63%	2 010 199,00
WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.		Curia	506053628	1 375 750,00	2 500,00	500	0,18%	-131 711,07
Associação Beira Atlântico Parque	Partes capital	Cantanhede	504843354		5 000,00			
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.		Oeiras	504475606	3 236 678,67	4 985,01	1000	0,15%	11 821,53
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA		Aveiro	509107630	15 000 000,00	7 350,00	7500	0,05%	1 517 766,00
Fundo de Apoio Municipal	Títulos de participação	Lisboa	513319182	650 000 000,00	456 757,09		0,07%	
Totais de Partes de Capital					45 375,01			
Totais de Títulos de Participação					456 757,09			

8.2.17 Títulos negociáveis

Situação não constatada.

8.2.18 Outras aplicações financeiras

Aplicações financeiras	Entidade bancária	Data da aplicação	Prazo	Valor aplicado
0777000253420 - N.º 7	Caixa Geral de Depósitos	02-02-2015	366	300.000,00
0777000253420 - N.º 11	Caixa Geral de Depósitos	04-08-2015	184	500.000,00
0777000253420 - N.º 12	Caixa Geral de Depósitos	04-08-2015	366	1.000.000,00
Totais				1.800.000,00

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Situação não constatada.



8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Situação não constatada.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Situação não constatada.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Situação não constatada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Situação não constatada.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Situação não constatada.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Situação não constatada.



8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Contas de Ordem	Saldo Inicial	Movimento Anual		Saldo Final
		Débitos	Créditos	
Garantias e Cauções	554.572,15	99.242,15	168.344,99	623.674,99
Caução de Empreitada	537.732,59	96.091,81	168.344,99	609.985,77
Urbiplantec, Lda	5.609,81		1.549,00	7.158,81
Construtora da Corga, S.A.	7.406,79			7.406,79
Aso-Construções, Lda	110.977,03	7.911,33	21.494,33	124.560,03
Construtora Paulista, Lda	37.941,95	19.885,07	34.604,63	52.661,51
Coutinho & Coutinho, Lda	1.362,87			1.362,87
Rosas Construtores, SA	0,00		15.722,48	15.722,48
Snsv - Soc. Nacional de Sinal. Vertical, Lda	1.794,00			1.794,00
Construções Modesto & Matos, S.A.	5.799,70	409,40	28.832,18	34.222,48
Manuel da Silva, Lda	3.332,36			3.332,36
Afonso Malheiros, Lda	200,88	200,88		0,00
Fernando L. Gaspar-Sinalização e Equipamentos	4.910,05			4.910,05
Construções Carlos Pinho, Lda	27.532,84	14.614,11	12.708,50	25.627,23
Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	167.304,58	8.768,64	14.245,02	172.780,96
Sergifer, Lda	563,46			563,46
Framegas & Santos, Lda	2.907,72	2.907,72		0,00
Imoserra - Investimentos Imobiliários, Lda	394,44			394,44
Construções Sousa & Matos, Lda	559,39			559,39
Mário Teixeira Soares	0,00		12.633,55	12.633,55
Vida Pereira & Gomes, Lda	7.509,00			7.509,00
Pedro Cruz, Empreiteiros, S.A.	16.864,50		709,86	17.574,36
Jomanor, Lda	8.777,06	8.777,06	12.785,02	12.785,02
Eri-Engenharia, S.A.	10.205,99			10.205,99
Eon Industrias Criativas, Lda	0,00		8.706,95	8.706,95
Diadema Construções, Lda	3.025,90	532,96		2.492,94
Narciso de Carvalho & Silva, Lda	1.450,00			1.450,00
Ferreira - Construções, SA	106.948,79	32.084,64		74.864,15
Glorybox, Lda	4.353,48		4.353,47	8.706,95
Caução/Garantia Fornecedor Corrente	7.290,00	2.180,00	0,00	5.110,00
Fernando Ribeiro dos Santos	2.180,00	2.180,00		0,00
Carlos Manuel Cabral Fidalgo	5.110,00			5.110,00
Caução para Licenciamento Sanitário	1.524,13	0,00	0,00	1.524,13
Caução de Água	7.124,61	720,34	0,00	6.404,27
Caução de Habitação	199,52	0,00	0,00	199,52
Caução de Arrendamento	701,30	250,00	0,00	451,30
Graciela Denise Vasconcelos Oliveira	151,30			151,30
Sofia Margarida Alves Fernandes	300,00			300,00
Paulo Jorge de Almeida e Silva	250,00	250,00		0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	554.572,15	99.242,15	168.344,99	623.674,99



8.2.27 Provisões (desdobramento)

No ponto 2.71 do POCAL, encontram-se indicadas as regras quanto à constituição de provisões. Este ano, existiu uma redução na provisão no valor de euros 19 743,44.

Conta Geral	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00			0,00
29.1.1	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes c/c	24.221,16		2.083,73	22.137,43
29.1.2	Provisões para cobrança duvidosa - Contribuintes	10.497,99	635,96		11.133,95
29.1.3	Provisões para cobrança duvidosa - Utentes	84.433,05		13.553,45	70.879,60
29.1.8	Provisões para cobrança duvidosa - Outros	58.982,20		4.799,93	54.182,27
29.2	Provisões para riscos e encargos	0,00			0,00
39.2	Provisões para depreciação de mercadorias	13.281,79	57,71		13.339,50
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
Totais		191.416,19	693,67	20.437,11	171.672,75

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações

Conta Geral	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	21 783 209,23			21 783 209,23
57.1	Reservas Legais	1 132 087,44	67 485,80		1 199 573,24
59	Resultados Transitados	22 487 046,37	1 289 389,89		23 776 436,26
88	Resultado Líquido do Exercício	1 349 715,97	1 671 508,11	1 349 715,97	1 671 508,11
Totais		46 752 059,01	3 028 383,80	1 349 715,97	48 430 726,84

Existiram movimentos na conta 59 – Resultados Transitados, que originaram correções ao valor do fundo patrimonial, conforme evidenciamos nos pontos seguintes.

- i. Correções da existência em armazém com o apuramento do saldo inicial no valor de euros 7 159,72.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	32.4 - Mercadorias - Livros e Revistas	32.9 - Mercadorias - Outras	36.1 - Matérias Primas	36.3.4 - Materiais de construção	36.3.5 - Material de economato	36.3.9 - Outros materiais	Totais
Existências Iniciais	56.287,64	89.670,16	22,26	0,00	3.238,80	0,00	149.218,86
Compras		6.202,62			6.713,59		12.916,21
Regularização	538,33		-22,26	919,80	356,29	6.239,92	8.032,08
Existências Finais	56.264,77	95.747,66	0,00	919,80	4.305,22	6.239,92	163.477,37
Custos do Exercício (CMVMC)	561,20	125,12	0,00	0,00	6.003,46	0,00	6.689,78

8.2.30 Demonstração da variação da produção

Situação não constatada.



8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	35.180,00	79.273,66	781 - JUROS OBTIDOS	19.861,24	4.837,56
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	70.788,91	32.918,62
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	21.919,17	21.454,74	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	1.886,22	2.051,10
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.838,22	3.832,38	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	368.813,75	272.642,59	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	337.214,77	337.396,09
Total	429.751,14	377.203,37	Total	429.751,14	377.203,37

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÉRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	225.671,42	174.169,39	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	538,33	205,31
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	2.174,28	12.955,68	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	2.936,50	33.722,10
695 - MULTAS E PENALIDADES		740,00	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	9.078,29	10.887,91
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	20.437,11	3.815,87
697 - CORRECÕES REL. EXERC. ANTERIORES	36.486,96	154.605,82	797 - CORRECÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	23.286,84	47.487,34
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	40,91	7.613,96	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.526.040,59	1.583.940,76
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	1.317.944,09	1.329.974,44	Total	1.582.317,66	1.680.059,29
Total	1.582.317,66	1.680.059,29			



8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Modificações do orçamento

8.3.1.1 Receita

Foram realizadas três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
8.700.000,00	3.332.000,00	1.232.000,00	10.800.000,00

8.3.1.2 Despesa

Foram realizadas oito alterações e três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
8.700.000,00	4.300.950,00	2.200.950,00	10.800.000,00

8.3.2 PPI

Foram realizadas oito alterações e três revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
3.400.000,00	1.353.000,00		4.753.000,00

8.3.3 Contratação administrativa

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4 Transferências e subsídios

8.3.4.1 Transferências correntes – Despesa

O valor das transferências correntes concedidas é no valor em euros 763 780,62

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.2 Transferências capital – Despesa

O valor das transferências de capital concedidas é no valor em euros 188 542,50

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.3 Subsídios concedidos

Situação não constatada.



8.3.4.4 Transferências correntes – Receita

O valor das transferências correntes recebidas é no valor em euros 4 847 179,95

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.5 Transferências capital - Receita

O valor das transferências de capital recebidas é no valor em euros 561 803,05

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.6 Subsídios obtidos

Situação não constatada.

8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

8.3.5.1 Ativos de rendimento fixo

Programa Finicia

Nome	Saldo Inicial	Entregas	Saldo Final
Ana Paula Martins da Costa	3.899,84	1.799,84	2.100,00
Audioglobo	1.500,00	1.050,00	450,00
Sociedade Diverescusa	311,82	311,82	0,00
Ledout - Comunicação em Outdoors Digitais, Lda	6.000,00	2.250,00	3.750,00
Totais	11.711,66	5.411,66	6.300,00

8.3.5.2 Ativos de rendimento variável

Situação não constatada.

8.3.6 Endividamento

Informação exarada no Relatório de Gestão.

8.3.6.1 Empréstimos

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

Nos empréstimos n.º 9015005495491, no valor de um milhão de euros contratado, e no n.º 9015006771191, no valor de 2,5 milhões de euros contratado, realizados pela anterior empresa municipal e contraídos na CGD, informa-se que existe uma garantia real de hipoteca até aos montantes indicados, sobre os prédios registados na Conservatória do Registo Predial sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324.



Foi realizada uma segunda amortização extraordinária ao empréstimo n.º 9015005495491, no valor de euros 109 991,16.

O valor previsto em euros das amortizações e juros com os empréstimos a pagar no ano de 2016, ascendem a 509 107,21 e 31 391,09, respetivamente.

8.3.6.2 Outras dívidas a terceiros

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.